

Seminário

TERRITÓRIO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A Desertificação As Periferias Urbanas

7 de dezembro 2016 | Centro de Congressos da Alfândega do Porto

ABANDONO DE TERRITÓRIOS: CAMINHOS?

Luís Ramos,

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

O futuro dos territórios de baixa densidade joga-se, em grande parte, nas suas cidades e vilas

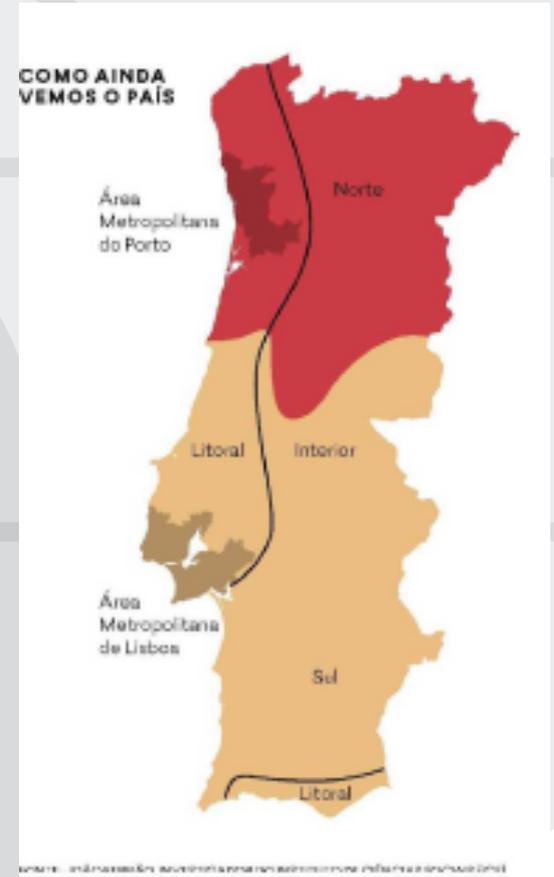
SUMÁRIO

- 1. O círculo vicioso das baixas densidades**
- 2. Porque falharam as políticas de reequilíbrio e coesão territorial?**
- 3. O modelo territorial e as opções estratégicas do PNPOT**

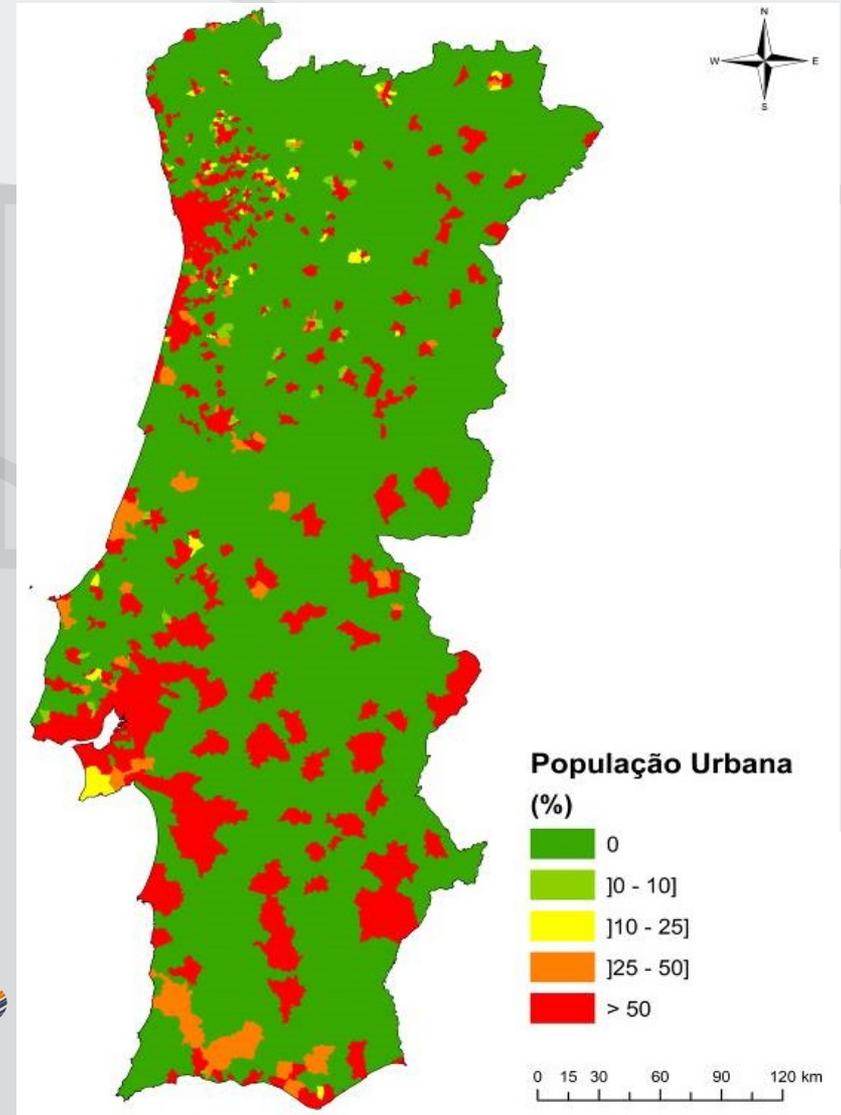
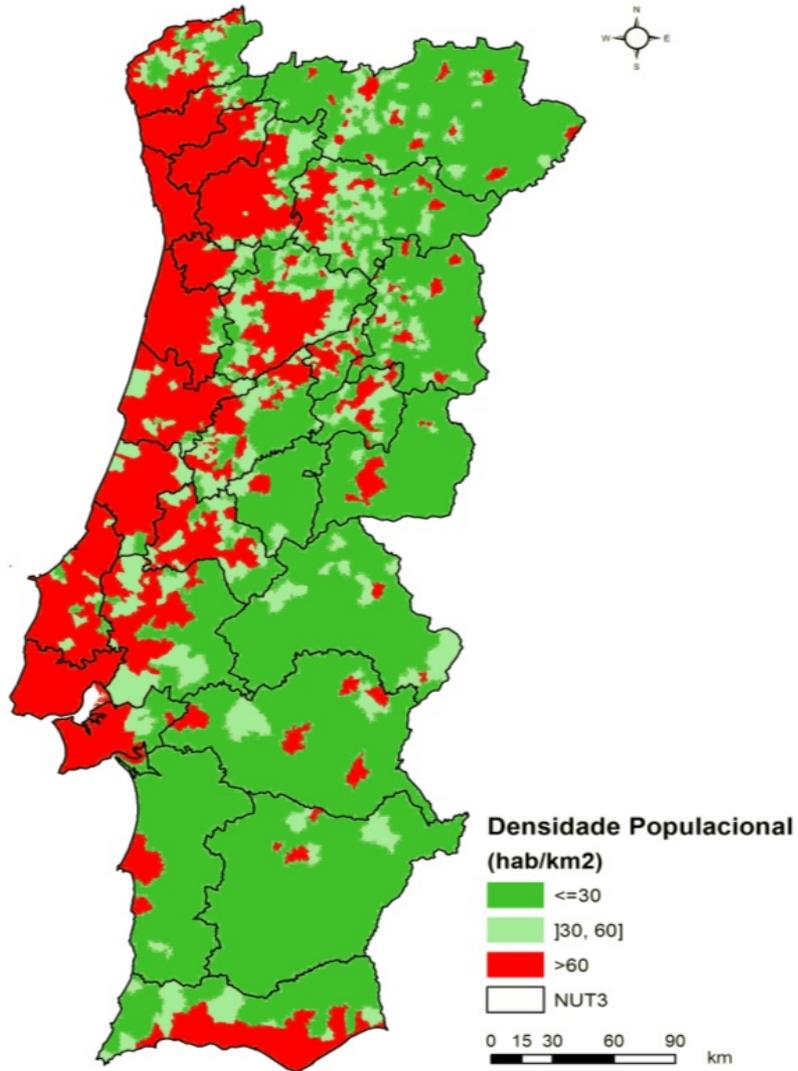
1. O CÍRCULO VICIOSO DAS BAIXAS DENSIDADES

.

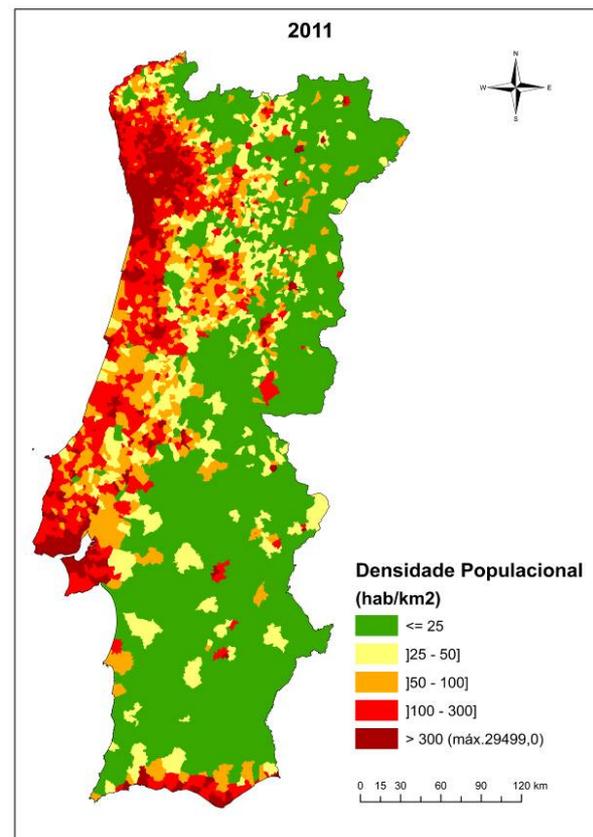
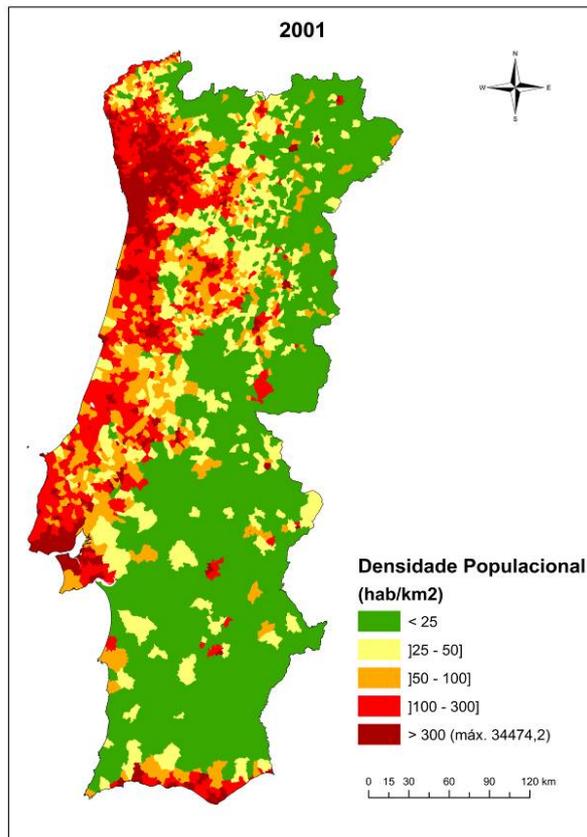
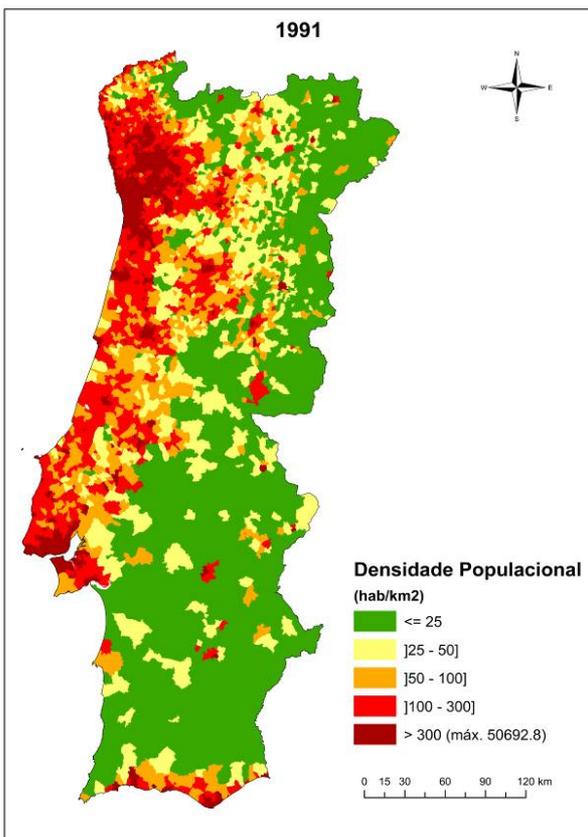
TERRITÓRIO PORTUGAL.



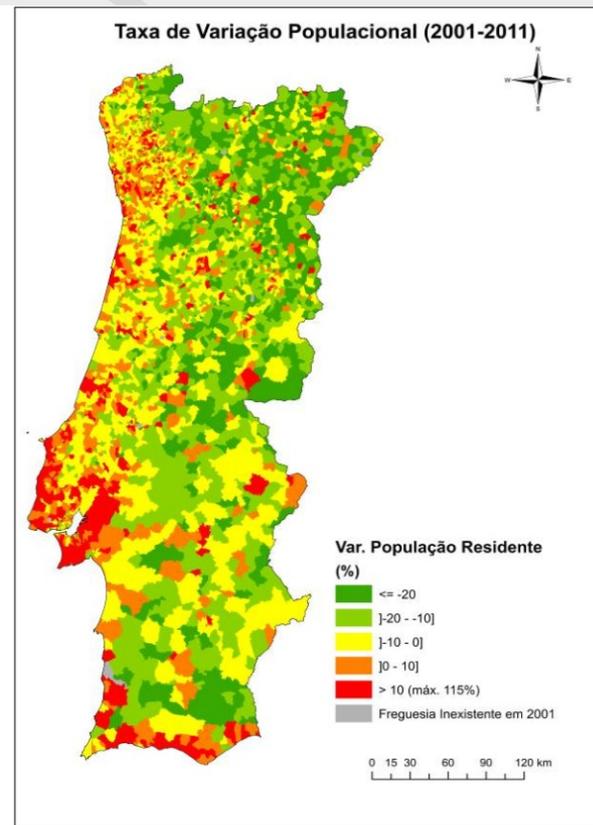
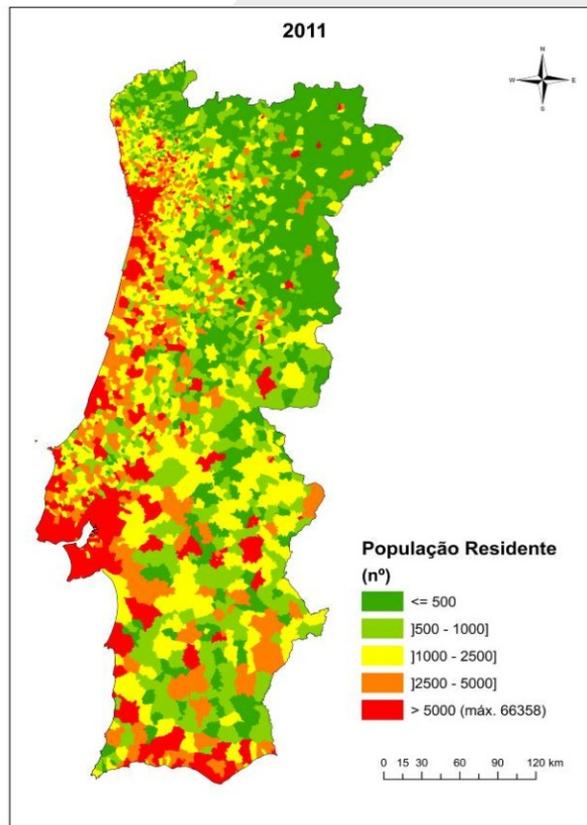
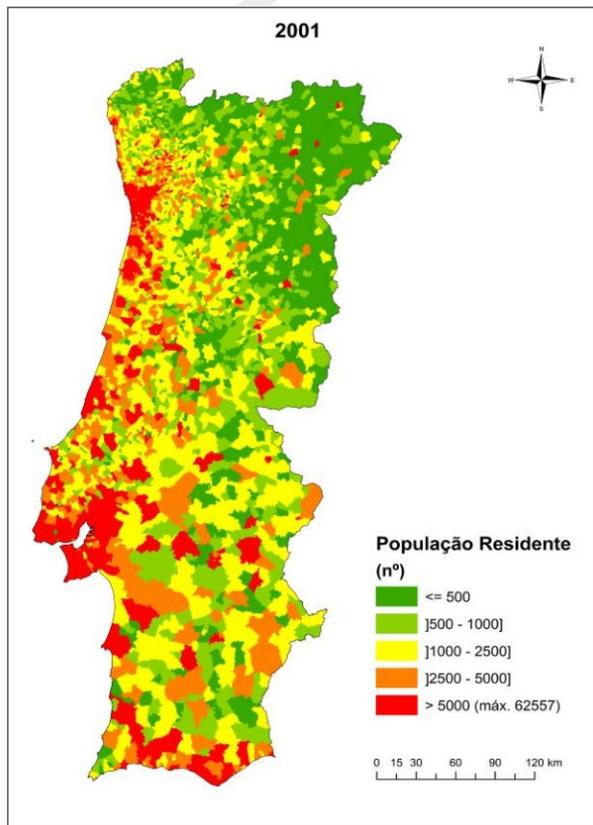
TERRITÓRIO PORTUGAL



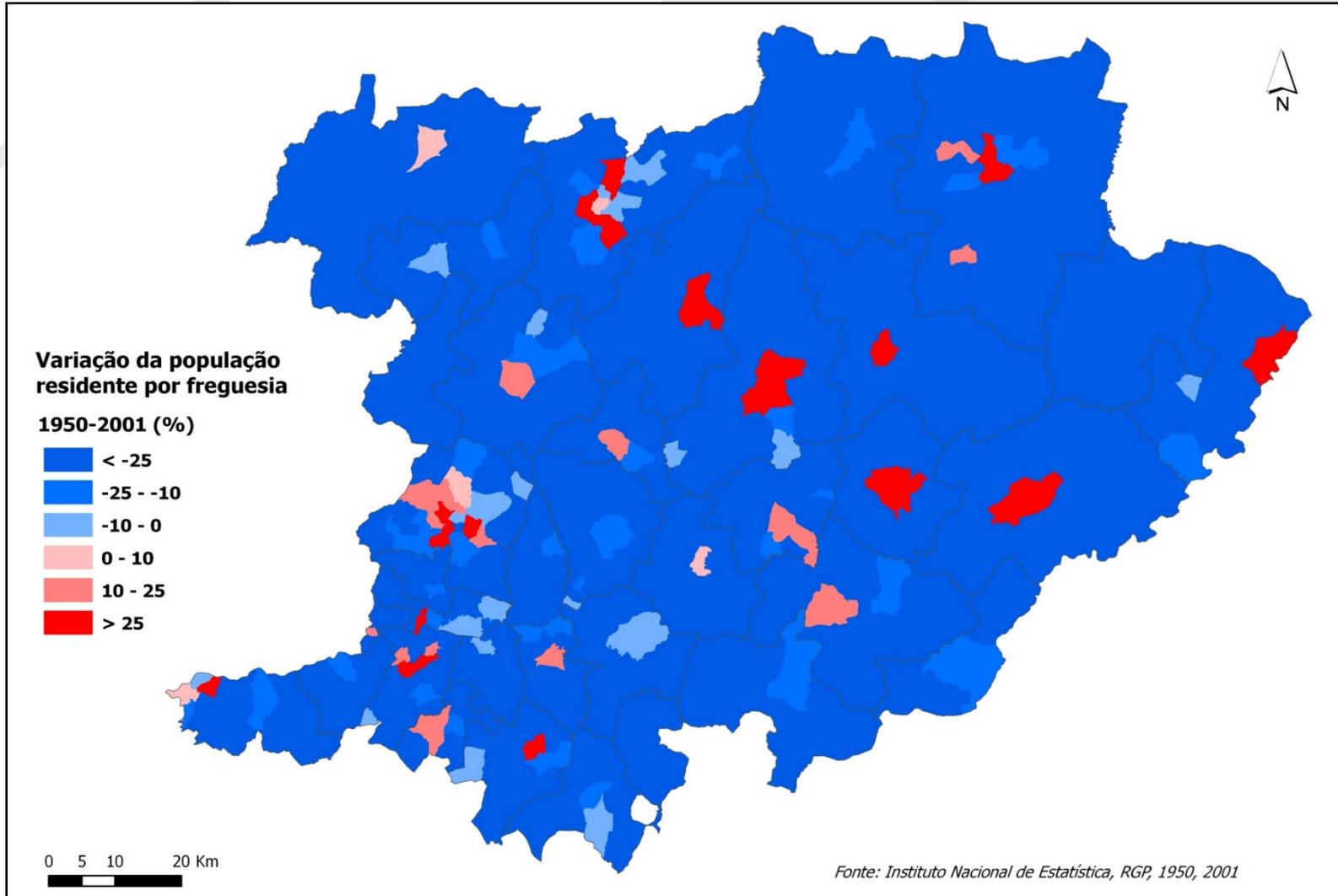
Densidade Populacional



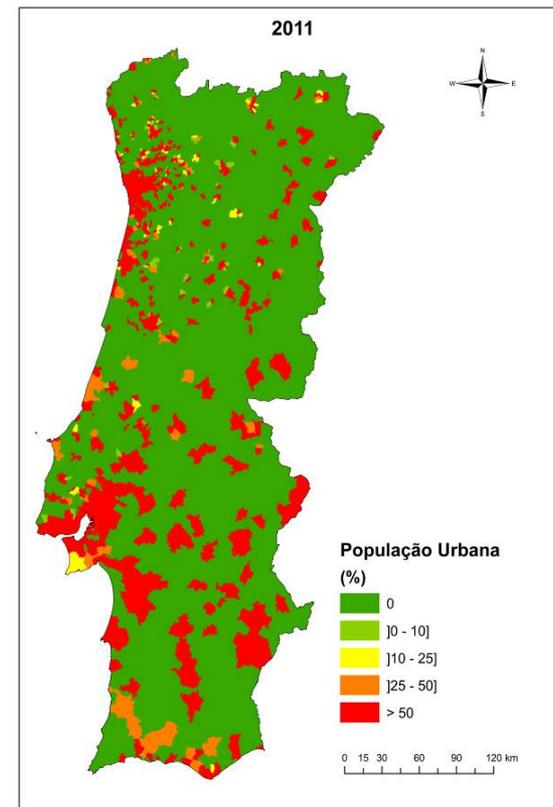
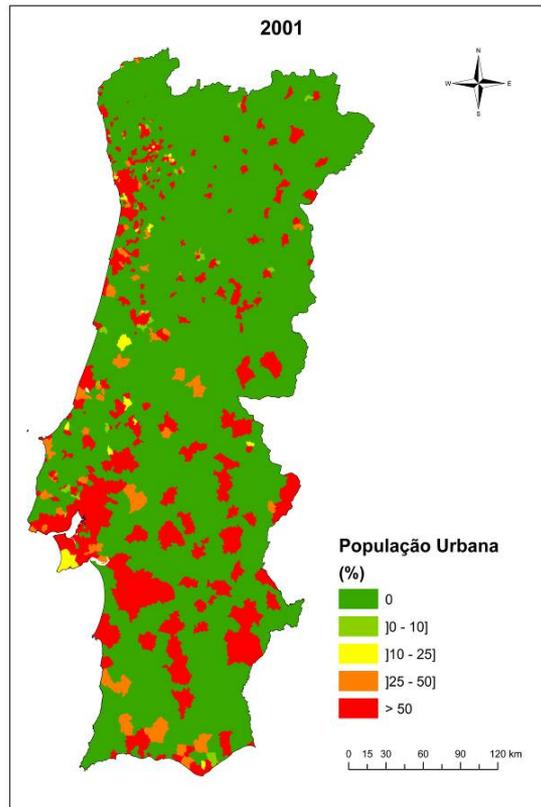
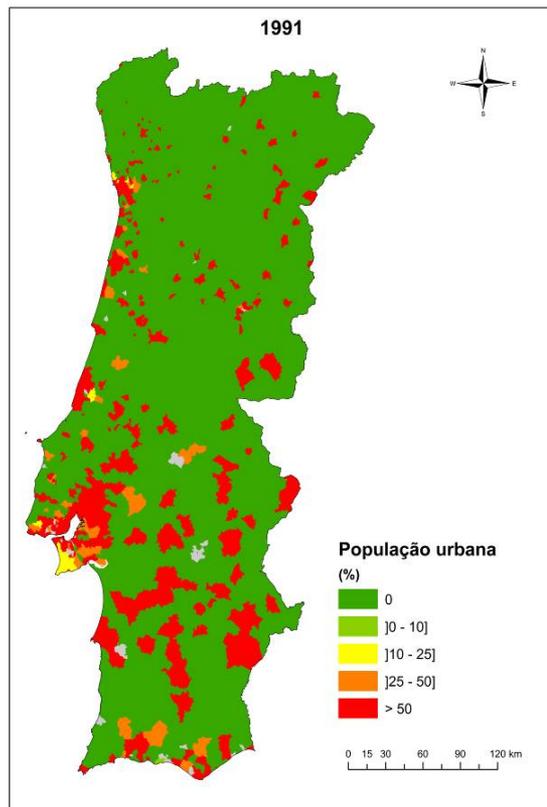
Varição da População Residente



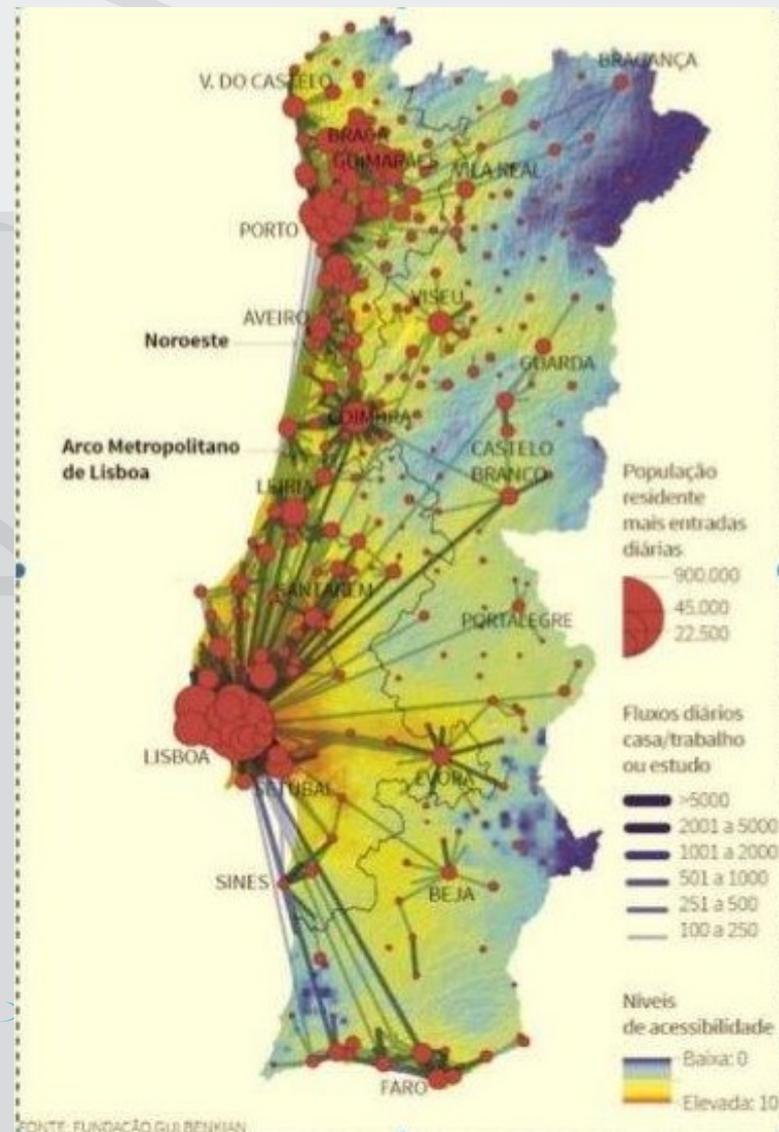
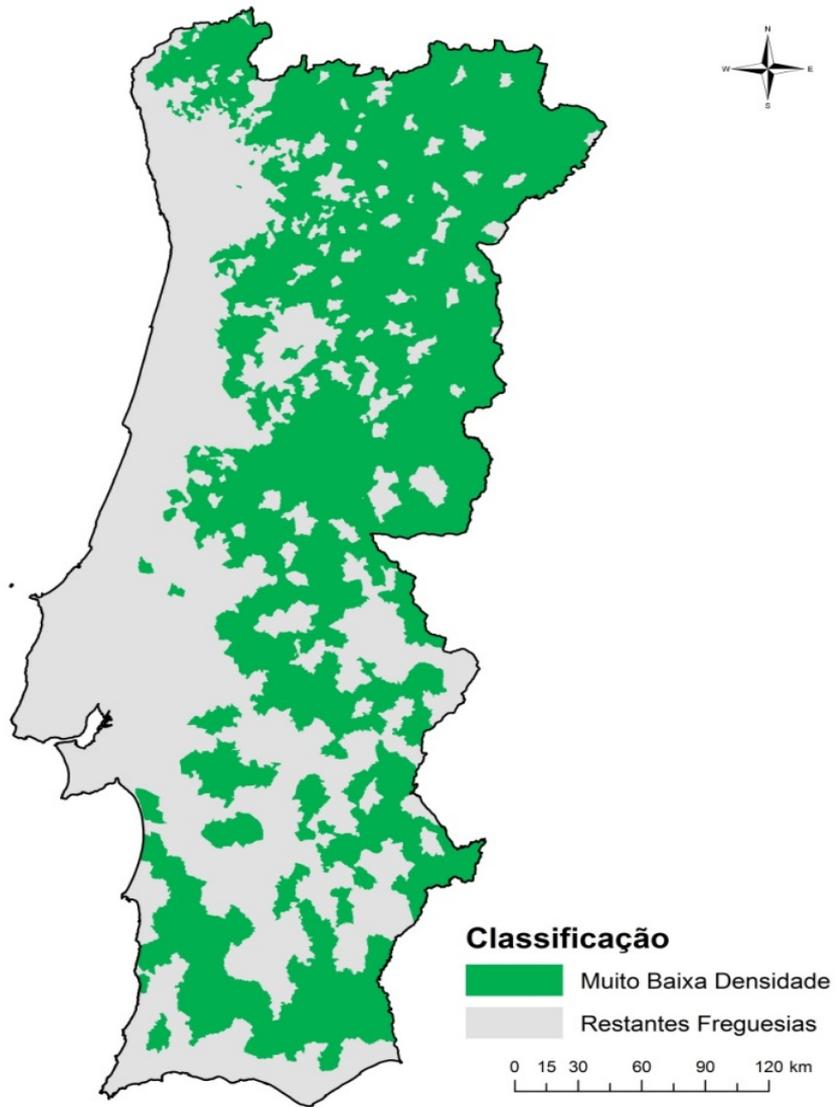
TERRITÓRIO PORTUGAL.



TERRITÓRIO PORTUGAL.



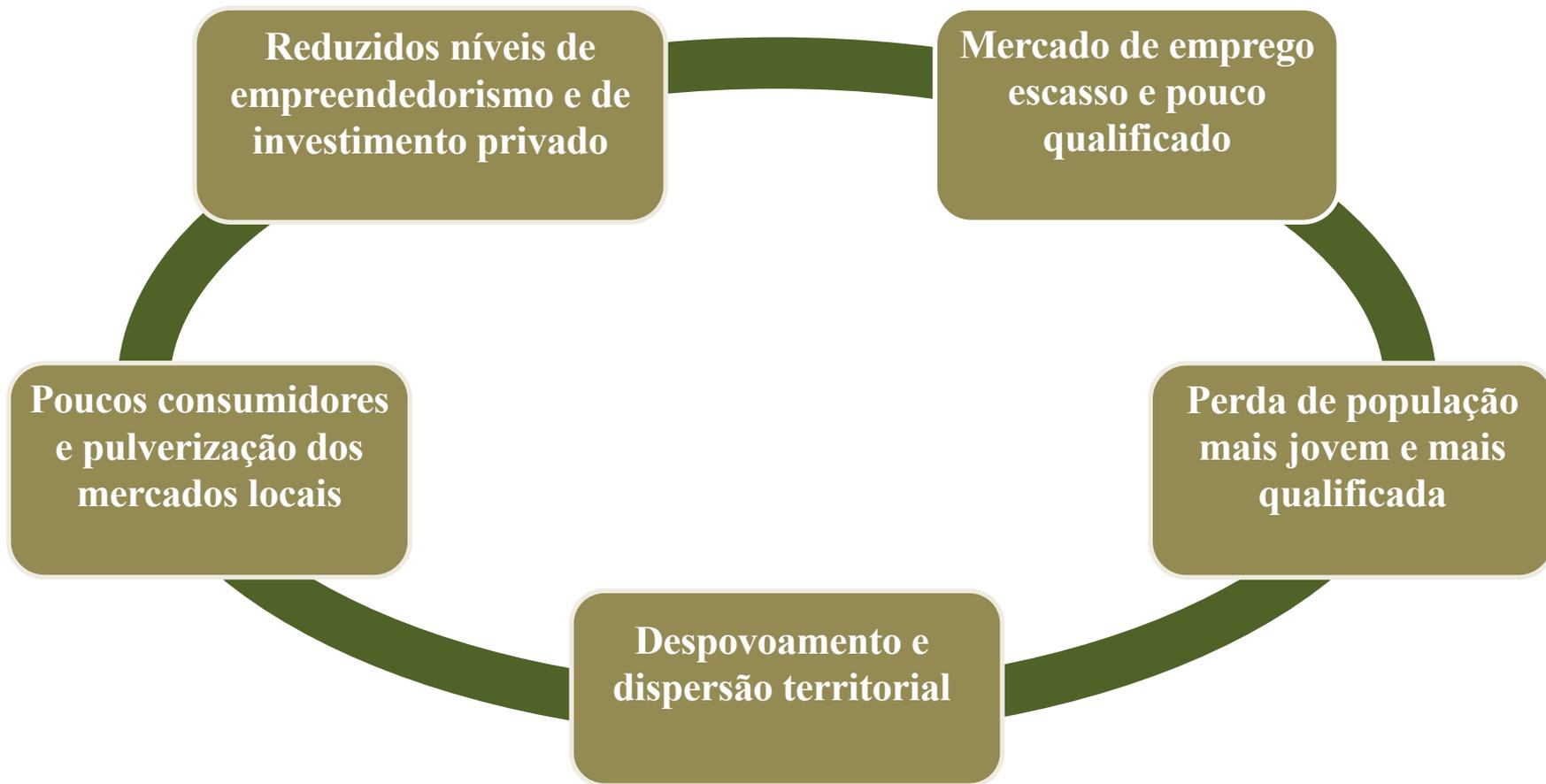
TERRITÓRIO PORTUGAL



A AMEAÇA

Dois terços do território nacional estão ameaçados de despovoamento e das suas inevitáveis consequências:

- abandono de terras e das atividades produtivas associadas;
-
- declínio das atividades económicas e a perda de massa crítica;
-
- acréscimo dos custos de provimento de infraestruturas e equipamentos;
- Menos serviços públicos, menor equidade social e territorial



2. PORQUE FALHARAM AS POLÍTICAS DE • REEQUILÍBRIO E COESÃO TERRITORIAL

O ESTADO ABANDONOU A FAIXA INTERIOR DO PAÍS?

Desde os anos 1980 foram implementadas muitas medidas e investidos muitos milhões de €

melhoria das acessibilidades;

construção de infraestruturas e equipamentos;

oferta de solo industrial a preços simbólicos;

(re)localização de empresas;

redução de impostos e de taxas municipais;

incentivos à criação de empresas e de emprego;

subsídios de natalidade, etc.

Portugal recebeu 9 milhões por dia durante 25 anos



Um estudo completo sobre os efeitos da entrada de Portugal na União Europeia é hoje apresentado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. O trabalho reúne milhares de dados estatísticos. Foi coordenado pelo economista Augusto Mateus e é antecedido pelo DN. Objetivo: conhecer com rigor dados que permitam fazer um balanço sério sobre

- O balanço de **Augusto Mateus**: "Um semifalhanço porque o tempo de uma geração não foi suficiente para tirar Portugal da condição de 'país da coesão'"
- Ministro **Polares Maduro** escreve sobre o futuro dos fundos: "Não é o financiamento dirigido pelo Estado que deve ser a origem da ideia de negócio, mas são as boas ideias de negócios e os bons projetos, nascidos na sociedade, que devem merecer o financiamento do Estado"

9468 quilómetros de estradas

26 MIL MILHÕES DE EUROS gastos em cursos de formação profissional

2 MIL MILHÕES DE EUROS investidos para abater embarcações de pesca

**Estradas
construídas
com dinheiros
europeus
podiam ligar
Lisboa
a Nova Deli**

Mas as políticas e as medidas falharam na concretização da sua principal ambição:

Estancar a regressão demográfica, o despovoamento e a perda de serviços e emprego.

Tem-se procurado combater o problema do declínio populacional com uma abordagem infraestrutural, corretiva e "assistencialista".

•
o **nó górdio** é o mesmo de sempre:

a geração de riqueza e emprego.

A fixação de população só será possível com emprego produtivo

Paradigma da coesão territorial que privilegie a redução das assimetrias pela via da criação de riqueza e valor, em detrimento da função eminentemente corretora do Estado

1

Um maior compromisso da economia com o território; aumentar o peso das empresas e atividades locais na formação do valor final do produto regional.

2

O reforço da dimensão e da competitividade urbana. O futuro dos territórios de baixa densidade joga-se, em grande parte, nas suas cidades e vilas.

3

Transformar os TBD em espaços mais empreendedores, criativos e inovadores, garantindo a especialização inteligente das suas economias

4

Garantir a promoção da igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços coletivos, assegurando a indispensável equidade social e territorial,

5

Combater o minifúndio e a fragmentação institucional, através do reforço do associativismo, da cooperação e da governança territorial.

3. O MODELO TERRITORIAL E AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS DO PNPOT

24 problemas para o Ordenamento do Território

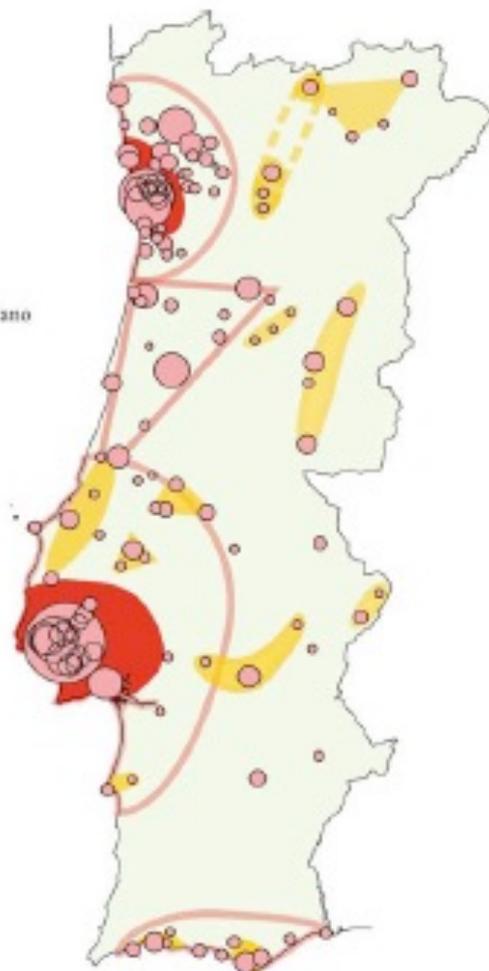
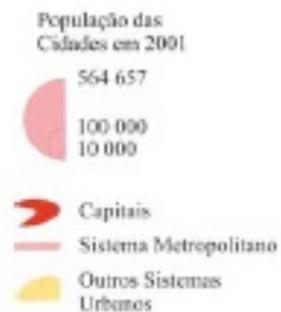
a) Recursos naturais e gestão de riscos

1. Degradação do solo e riscos de desertificação, agravados por fenómenos climáticos (seca e chuvas torrenciais) e pela dimensão dos incêndios florestais.
2. Degradação da qualidade da água e deficiente gestão dos recursos hídricos.
3. Insuficiente desenvolvimento dos instrumentos de ordenamento e de gestão das áreas classificadas integradas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza.
4. Insuficiente consideração dos riscos nas acções de ocupação e transformação do território, com particular ênfase para os sismos, os incêndios florestais, as cheias e inundações e a erosão das zonas costeiras.

b) Desenvolvimento urbano e rural

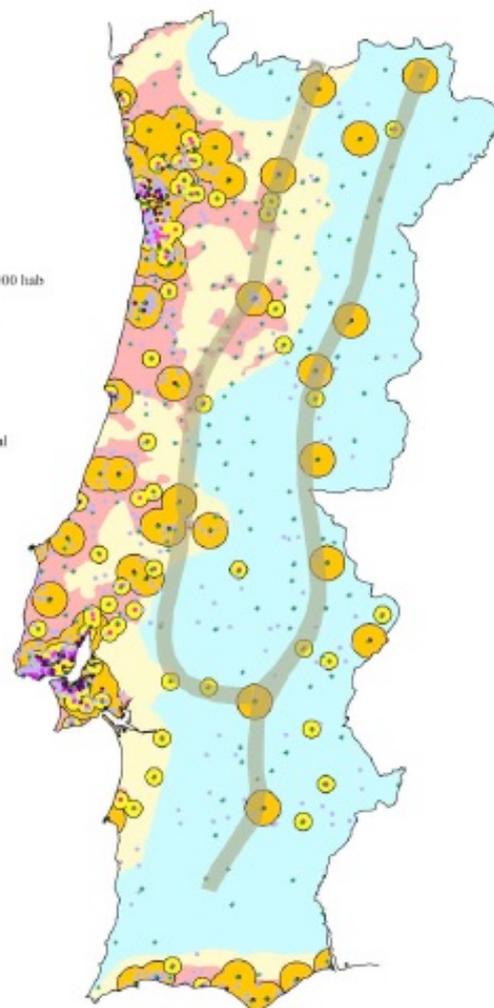
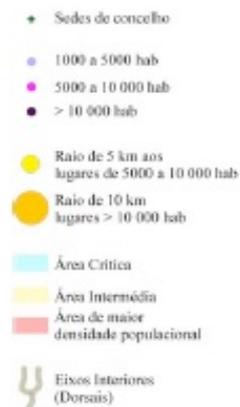
5. Expansão desordenada das áreas metropolitanas e de outras áreas urbanas, invadindo e fragmentando os espaços abertos, afectando a sua qualidade e potencial ecológico, paisagístico e produtivo, e dificultando e encarecendo o desenvolvimento das infra-estruturas e a prestação dos serviços colectivos.
6. Despovoamento e fragilização demográfica e socioeconómica de vastas áreas e insuficiente desenvolvimento dos sistemas urbanos não metropolitanos e da sua articulação com os espaços rurais envolventes, enfraquecendo a competitividade e a coesão territorial do país.
7. Degradação da qualidade de muitas áreas residenciais, sobretudo nas periferias e nos centros históricos das cidades, e persistência de importantes segmentos de população sem acesso condigno à habitação, agravando as disparidades sociais intra-urbanas.
8. Insuficiência das políticas públicas e da cultura cívica no acolhimento e integração dos imigrantes, acentuando a segregação espacial e a exclusão social nas áreas urbanas.

TERRITÓRIO PORTUGAL.



Fonte: RGP, INE, 2001; SIG FNPOT, 2006

Figura 51: Sistema urbano em Portugal Continental



Fonte: SIG FNPOT, 2006

Figura 29: Povoamento e eixos interiores no Continente

Objectivos Estratégicos

1. *Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.*
2. *Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.*
3. *Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.*
4. *Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.*
5. *Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.*
6. *Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.*

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3 – *Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais*

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

1. Reforçar os centros urbanos estruturantes das regiões, em particular nas regiões menos desenvolvidas.
2. Estruturar e desenvolver as redes de infra-estruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, favorecendo a consolidação de novas centralidades urbanas e de sistemas urbanos mais policêntricos.
3. Promover um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico no Continente, contrariar a construção dispersa, estruturar a urbanização difusa e incentivar o reforço de centralidades intra-urbanas.
4. Promover um desenvolvimento rural ajustado à diversidade dos territórios, considerando em especial as necessidades e a especificidade das áreas mais vulneráveis e despovoadas.

14. Para que Portugal seja um **território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar**, o modelo territorial e o programa de políticas devem dar corpo às seguintes **opções estratégicas**:

- Definir o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infra-estruturas e de equipamentos colectivos, cobrindo de forma adequada o conjunto do País e estruturando os sistemas de acessibilidades e mobilidades em função de um maior equilíbrio no acesso às funções urbanas de nível superior;
- Promover redes de cidades e subsistemas urbanos locais policêntricos que, numa perspectiva de complementaridade e especialização, permitam a qualificação dos serviços prestados à população e às actividades económicas;
- Valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais, garantindo em todo o País o acesso ao conhecimento e aos serviços colectivos e boas condições de mobilidade e comunicação, favorecendo a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida.

Região Norte – Opções estratégicas territoriais

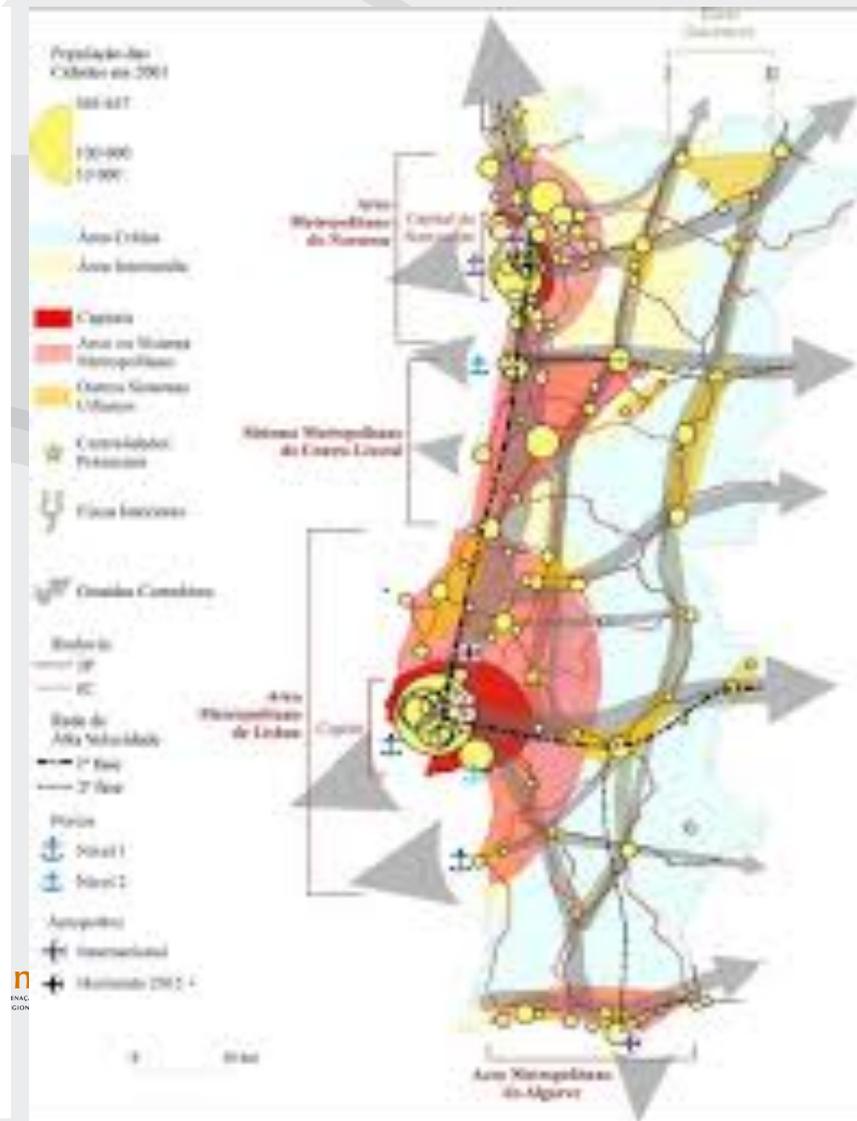
- Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, envolvendo: a qualificação funcional do Porto e da sua área metropolitana, o desenvolvimento de polarizações estruturantes na conurbação do litoral e o reforço dos pólos e eixos urbanos no interior;
- Reforçar o sistema urbano, potenciando os eixos ao longo do IP3 (Lamego-Régua, Vila Real e Chaves) e ao longo do IP4 (Vila Real-Mirandela-Bragança), incluindo centralidades potenciais num quadro de cooperação intermunicipal e de qualificação das cidades;
- Reforçar o papel de Viana do Castelo, e consolidar os sistemas urbanos polinucleares do Vale do Minho até Valença e do Vale do Lima até Ponte de Lima/Ponte da Barca;

TERRITÓRIO PORTUGAL.



Fonte: RGP, INE, 2001

Figura 30: População residente nas cidades de Portugal Continental, 2001



Os centros urbanos são motores do desenvolvimento territorial

**Acolhem novas funções ou novos residentes;
Estimulam a inovação económica e social;
Facilitam a emergência de novas iniciativas empresariais;
Asseguram equipamentos e serviços a um território alargado;
Sustentam atividades lúdicas e culturais;
Facilitam o intercâmbio de informação;
Garantem economias de aglomeração e dimensão crítica.**

O estancar da hemorragia demográfica depende, em grande medida, da sua capacidade para organizar e polarizar o território alargado, potenciar recursos e oportunidades, gerar iniciativas e atividades, atrair e fixar população.

A aposta nas vilas e cidades deve privilegiar a melhoria do quadro residencial e o reforço da competitividade urbana.

**Fomentar a massa crítica das sedes de concelho,
fortalecendo o seu papel na organização e polarização do território,
Consolidar vocações e especializações,
Criar polos de atração e de irradiação diferenciados (rural/urbano)
Concentrar e requalificar funções urbanas,
pondo serviços sobre as infraestruturas e os equipamentos.**

**Criação e dinamização de redes urbanas,
explorando complementaridades, especializações e sinergias
viabilizando serviços, funções, iniciativas e investimentos.**

Seminário

TERRITÓRIO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A Desertificação As Periferias Urbanas

7 de dezembro 2016 | Centro de Congressos da Alfândega do Porto

ABANDONO DE TERRITÓRIOS: CAMINHOS?

Luís Ramos,

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

4.9. Planear e implementar uma rede integrada de serviços de Justiça, definindo a distribuição e implantação geográfica dos equipamentos públicos de Justiça, nomeadamente tribunais, julgados de paz, conservatórias, prisões e centros educativos

Num quadro de coesão nacional e de promoção de valores de uma Justiça mais eficiente e próxima dos cidadãos, o Estado deve implementar um modelo de rede nacional que garanta a equidade de acesso, sustente e impulsione a eficácia da resposta judicial e de resolução de litígios, e promova o desenvolvimento económico e social.

A estruturação territorial das redes da Justiça deve ser enquadrada por princípios de racionalização e proximidade, tendo em vista um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e o ajustamento da capacidade de oferta às necessidades da procura real e perspectivada de meios de resolução de litígios e de meios auxiliares da Justiça.

MEDIDAS PRIORITÁRIAS

1. Implementar a reforma do Mapa judiciário – rede de tribunais (1ª Instância), promovendo o seu ajustamento ao movimento processual existente através da adopção de uma nova matriz de circunscrição territorial (2007-2009).
2. Desenvolver e reforçar a rede de julgados de paz e de centros de mediação e arbitragem, de modo planeado, articulado e complementar com a rede de tribunais, promovendo-se o desenvolvimento de meios alternativos de resolução de litígios (2007-2009).